

<b>1 - Ordenamento Jurídico Processual Penal</b>	
<b>Interpretação e Aplicação no Tempo e no Espaço .....</b>	<b>1</b>
1. Ordenamento Jurídico Processual Penal .....	1
1.1. Interpretação da lei processual penal: interpretação prospectiva e aplicação imediata dos direitos fundamentais .....	3
1.2. Classificação da hermenêutica .....	4
1.3. Lei processual penal no espaço .....	5
1.4. Lei processual penal no tempo .....	6
1.5. Leis penais processuais mistas (ou híbridas) .....	7
<b>2 - Noções Introdutórias sobre Jurisdição, Ação e Processo .....</b>	<b>9</b>
2.1. É possível falar em uma Teoria Geral do Processo? .....	9
2.2. Jurisdição .....	12
2.2.1. Escopo da jurisdição .....	12
2.2.2. Pretensão e lide .....	13
2.2.3. Jurisdição como função realizadora dos valores constitucionais .....	13
2.2.4. Características .....	14
2.2.5. Princípio da jurisdição .....	14
2.3. Ação .....	15
2.3.1. Teoria da ação de Liebman .....	16
2.3.2. Conceito e natureza jurídica da ação e a ação penal como dever jurídico .....	16
2.3.3. Condições para o regular exercício do direito de ação .....	17
2.4. Processo .....	19
2.4.1. Processo como contrato e quase contrato .....	19
2.4.2. Processo como relação jurídica x processo como situação jurídica .....	19
2.4.3. Processo como instituição .....	20
2.4.4. Processo como categoria autônoma .....	20
2.4.5. Processo como garantia fundamental (nossa posição) .....	20
2.4.6. Processo penal: conceito .....	23

<b>3 - Desenho Constitucional do Processo Penal Brasileiro</b> .....	<b>25</b>
3. Princípios constitucionais do processo penal .....	27
3.1. Princípios: conceito e classificações .....	27
3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana .....	28
3.3. Devido processo legal .....	30
3.3.1. Apontamentos históricos .....	30
3.3.2. Evolução do conteúdo do princípio .....	31
3.3.3. O devido processo legal – o direito ao processo justo .....	32
3.4. Princípio do acesso à justiça e sua tridimensionalidade .....	33
3.5. O princípio do juiz natural .....	34
3.6. Princípio da igualdade – paridade de armas .....	35
3.7. Princípios do contraditório, da ampla defesa, da plenitude de defesa, da assistência judiciária e do duplo grau de jurisdição .....	39
3.7.1. Contraditório .....	39
3.7.2. Ampla defesa .....	40
3.7.3. Plenitude de defesa .....	41
3.7.4. Assistência judiciária .....	41
3.7.5. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	42
3.8. Princípio da publicidade e da motivação .....	44
3.9. Princípio da duração razoável do processo .....	44
3.9.1. Duração razoável do processo: apontamentos históricos, conceito e natureza jurídica .....	45
3.9.2. Teoria do prazo fixo x teoria do não prazo .....	46
3.9.3. Como medir a duração razoável do processo? Critério do TEDH .....	49
3.9.4. Consequência pelo descumprimento do prazo razoável .....	52
3.9.5. As soluções compensatórias no processo penal .....	53
3.9.6. Duração razoável e prisão cautelar .....	55
3.10. Princípio da presunção de inocência e sua axiologia tridimensional .....	55
3.10.1. Apontamento histórico sobre a presunção de inocência .....	55
3.10.2. Presunção de inocência ou de não culpabilidade? .....	56
3.10.3. As três dimensões .....	57
3.10.3.1. Regra de tratamento .....	57
3.10.3.2. Regra de julgamento.....	58
3.10.3.3. Regra de garantia.....	59
3.10.3.4. Da eficácia irradiante da presunção de inocência .....	59
3.11. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas .....	60
3.12. Princípio da reserva de jurisdição .....	61
3.13. Direito a não autoincriminação: <i>nemo tenetur se detegere</i> .....	66
3.14. Outros aspectos relevantes do processo penal na Constituição .....	68
<b>4 - Persecução penal (Investigação Criminal)</b> .....	<b>69</b>
4. Investigação Criminal .....	69
4.1. Polícia Judiciária .....	69
4.2. Investigação criminal: quem pode investigar? .....	71

4.2.1. Investigação pela polícia .....	72
4.2.2. Investigação pelo Ministério Público .....	72
4.2.3. Investigação pelas CPis .....	76
4.2.4. Investigação pelos Tribunais .....	76
4.2.5. Peças de informação .....	77
<b>4.3. Inquérito policial: natureza jurídica, finalidade e conceito .....</b>	<b>77</b>
4.3.1. Características .....	78
4.3.2. Vícios, formalidades e caráter informativo .....	82
4.3.3. Instauração .....	84
4.3.3.1. Dos atos formais de instauração.....	85
4.3.3.2. Notícia crime.....	85
4.3.3.3. VPI's (Verificação da Preliminar de Inquérito) .....	86
4.3.3.4. Instauração do inquérito e as espécies de ação penal.....	86
4.3.3.5. Recurso ao chefe de polícia.....	87
4.3.3.6. Instauração por requisição.....	88
4.3.4. Indiciamento .....	88
4.3.5. Desenvolvimento do inquérito policial .....	89
4.3.5.1. Deslocamento ao local, apreensão de objetos e buscas domiciliares... 89	
4.3.5.2. Oitiva do indiciado.....	90
4.3.5.3. A identificação do indiciado.....	91
4.3.5.4. Incomunicabilidade do preso .....	92
4.3.6. Encerramento do inquérito .....	92
4.3.6.1. Conclusão .....	92
4.3.6.2. Dos prazos.....	93
4.3.6.2.1. Prazo do Inquérito, indiciado preso e Lei 12.403/11. ....	94
4.3.6.2.2. Prazo do Inquérito e réu solto: constitucionalidade do §3º do art. 10 do CPP. ....	95
4.3.7. Baixa para diligências imprescindíveis .....	96
4.3.8. Arquivamento .....	97
4.3.8.1. Natureza do arquivamento.....	98
4.3.8.2. O controle sobre o arquivamento do inquérito policial e a inconstitucionalidade do art. 28 do CPP.....	99
4.3.8.3. Arquivamento implícito.....	101
4.3.9. Desarquivamento .....	102
4.3.9.1. Novas provas .....	103
4.3.10 Inquérito policial e legislação especial .....	104
<b>5 - Ação Penal .....</b>	<b>107</b>
5.1. Ação penal: conceito e natureza jurídica .....	107
5.2. Condições para o regular exercício do direito de ação .....	108
5.2.1. Legitimidade .....	109
5.2.2. Interesse de agir .....	111
5.2.3. Possibilidade jurídica da demanda .....	114
5.2.4. Originalidade .....	116

5.2.5. Justa causa .....	117
<b>5.3. Classificação .....</b>	<b>118</b>
5.3.1. Ação penal pública .....	118
5.3.1.1. Ação penal pública condicionada: as condições específicas de procedibilidade .....	118
5.3.1.2. Da representação do ofendido .....	119
5.3.1.3. Ação penal: parlamentares e chefes de governo.....	120
5.3.2. Da ação penal de iniciativa privada .....	121
5.3.2.1. Ação penal de iniciativa privada: classificação .....	121
5.3.2.2. Ação privada e os institutos da substituição e da sucessão processual .....	123
<b>5.4. Princípios que regem a ação penal pública .....</b>	<b>124</b>
5.4.1. Princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade .....	124
5.4.2. Princípios da oficialidade e da indivisibilidade .....	124
5.4.3. Princípio da intranscendência .....	125
<b>5.5. Princípios que regem a ação penal privada .....</b>	<b>125</b>
5.5.1. Princípios da oportunidade, da disponibilidade e da indivisibilidade ....	125
<b>5.6. Denúncia, queixa e aditamento .....</b>	<b>126</b>
5.6.1. Denúncia .....	126
5.6.1.1. Denúncia genérica e imputação alternativa.....	127
5.6.1.2. Qualificação do acusado, classificação do crime e rol de testemunhas .....	130
5.6.1.3. Outras exigências formais .....	131
5.6.2. Queixa .....	131
5.6.3. Aditamento: conceito e classificação .....	132
5.6.3.1. Aditamento da denúncia.....	133
5.6.3.2. Aditamento da queixa.....	135
<b>5.7. Prazos para denúncia e para o exercício do direito de queixa .....</b>	<b>137</b>
5.7.1. Prazo para a denúncia .....	137
5.7.2. Prazo para a queixa .....	139
<b>5.8. Direito de queixa e adolescente casado ou emancipado .....</b>	<b>140</b>
<b>5.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....</b>	<b>141</b>
5.9.1. Antigo regramento da ação penal nos crimes contra os costumes .....	141
5.9.2. As antigas hipóteses do § 1º, art. 225 do CP: vítima pobre e abuso do pátrio poder .....	144
5.9.3. Novo regramento: ação penal nos crimes contra a dignidade sexual e a controvérsia em razão da qualificadora. ....	146
5.9.4. Questões Intertemporais .....	148
<b>5.10. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público .....</b>	<b>149</b>
<b>5.11. Extinção da punibilidade .....</b>	<b>150</b>
5.11.1. Prescrição, decadência e preempção .....	150
5.11.2. Renúncia ao direito de queixa .....	154
5.11.3. Perdão do ofendido .....	155
5.11.4. Renúncia e retratação ao direito de representação .....	155

5.12. Ação penal e sentença: princípio da correlação .....	155
5.12.1. <i>Emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i> : distinção .....	156
5.12.2. A dinâmica da <i>emendatio</i> e da <i>mutatio</i> no CPP e na doutrina tradicional .....	158
5.12.3. Nossa leitura crítica dos institutos .....	159
5.12.3.1. <i>Emendatio libelli</i> e seu momento processual.....	159
5.12.3.2. A <i>mutatio libelli</i> : juiz acusador e juiz que provoca a acusação. Inconstitucionalidades.....	160
5.12.3.3. Aditamento e aplicação do art. 28 do CPP .....	162
5.12.3.4. Superveniente alteração de legitimidade.....	163
5.12.3.5. Aditamento e sistema recursal.....	164
5.13. Ação civil <i>ex delicto</i> .....	164
5.13.1. Ação civil: questões controvertidas .....	166
5.13.2. Composição civil dos danos .....	168

## **6 - Jurisdição e Competência .....** **169**

6.1. Jurisdição .....	169
6.2. Competência e os princípios que lhes são aplicáveis .....	169
6.3. Estrutura do Poder Judiciário no Brasil: competências recursal e originária .....	171
6.3.1. Classificação: Justiças Comum e Especializada; Justiças Federal e Estadual .....	174
6.4. Da fixação da competência .....	176
6.4.1. Da fixação da competência de justiça .....	176
6.4.1.1. Competência da Justiça Federal.....	176
6.4.1.2. Competência da Justiça Militar Federal e Militar Estadual .....	178
6.4.1.3. Competência da Justiça Eleitoral.....	180
6.4.1.4. Da competência da Justiça do Trabalho para julgar <i>habeas corpus</i> ....	182
6.4.1.5. Competência da Justiça Estadual (comum).....	182
6.4.2. Competência de foro (competência territorial) .....	183
6.4.3. Competência do juízo .....	186
6.5. Incompetências absoluta e relativa: efeitos .....	186
6.6. Competência por prerrogativa de função .....	188
6.6.1. Foro por prerrogativa e cessação do exercício da função (art. 84, § 1º, CPP) .....	189
6.6.2. Foro por prerrogativa e ação de improbidade (art. 84, § 2º, CPP) .....	190
6.6.3. Concurso aparente de normas constitucionais sobre competência .....	191
6.6.3.1. Foro por prerrogativa do Prefeito Municipal: crimes eleitorais e crimes de competência da Justiça Federal .....	192
6.6.3.2. Prerrogativa de função e Tribunal do Júri.....	193
6.6.4. Foro por prerrogativa e exceção da verdade .....	194
6.6.5. Prerrogativa de função nas Constituições dos Estados .....	195
6.7. Causas de modificação da competência: conexão, continência e desaforamento .....	198

6.7.1. Foro prevalente .....	199
6.7.2 Separação dos processos .....	200
6.7.3. Separação dos processos por força da Constituição e os reflexos na competência dos Juizados Especiais Criminais .....	201
6.7.3.1. Conexão entre júri e crime eleitoral .....	204
6.7.3.2. Prerrogativa de função, conexão e continência: hipóteses de separação obrigatória.....	205
6.7.4. Do desaforamento .....	207
<b>6.8. Conexão e uniformização dos julgados .....</b>	<b>208</b>
<b>6.9. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e sua exceção .....</b>	<b>208</b>
<b>6.10. Conflito de competência e conflito de atribuição .....</b>	<b>209</b>
6.10.1. Conflito de competência .....	209
6.10.2. Conflito de atribuição .....	210
6.10.2.1. Conflito de atribuição entre membros do mesmo Ministério Público... ..	211
6.10.2.2. Conflito de atribuição entre órgãos de Ministérios Públicos diversos .....	212
6.10.3. Conflito de atribuição entre autoridades judiciárias .....	213
6.10.4. Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal (art. 109, V-A, CRF/1988) .....	213
 <b>7 - Sujeitos Processuais .....</b>	 <b>217</b>
7.1. O Juiz .....	217
7.1.1. Capacidade do Juiz .....	218
7.1.2. Função, poderes e deveres .....	218
7.1.3. Garantias e prerrogativas .....	219
7.1.4. Vedações .....	220
7.1.5. Suspeição e impedimento .....	220
7.2. Das partes .....	221
7.2.1. Ministério Público .....	222
7.2.1.1. O Ministério Público na estrutura do Estado .....	222
7.2.1.2. O Ministério Público e seus princípios institucionais.....	222
7.2.1.3. O Ministério Público e sua posição na ação penal pública condenatória.....	224
7.2.1.4. O Ministério Público na ação penal privada e na ação privada subsidiária da pública .....	225
7.2.1.5. Funções do MP .....	226
7.2.1.6. Garantias e prerrogativas do MP .....	227
7.2.1.7. Impedimentos e suspeições do MP .....	229
7.2.1.8. Deveres e vedações do MP .....	229
7.2.2. Do acusado .....	230
7.2.3. Da defesa .....	232
7.2.3.1. Do advogado.....	232
7.2.3.2. Da Defensoria Pública e seus princípios institucionais.....	234
7.2.3.3. Defensoria: função, garantias, prerrogativas, deveres e vedações ....	236

7.3. Dos sujeitos secundários (ou coadjuvantes) do processo .....	241
7.3.1. Dos auxiliares da justiça .....	241
7.3.2. Do assistente de acusação .....	242
7.3.3. Assistente da Defesa .....	243

## **8 - Atos Processuais, Procedimentos e Questões Incidentes .... 245**

8.1. Atos processuais .....	245
8.1.1. Conceito e classificação .....	245
8.1.2. Citação .....	246
8.1.2.1. Citação por mandado .....	247
8.1.2.2. Citação por carta.....	247
8.1.2.3. Citação do militar e do funcionário público .....	249
8.1.2.4. Citação do réu preso.....	249
8.1.2.5. Citação por hora certa.....	250
8.1.2.6. Citação por edital .....	252
8.1.2.7. Citação: revelia, suspensão do processo e do prazo prescricional.....	254
8.1.3. Intimações .....	262
8.1.4. Ato de Algemar e Súmula Vinculante nº 11 .....	263
8.2. Procedimentos .....	265
8.2.1. Procedimento comum .....	265
8.2.1.1. Procedimento comum ordinário .....	267
8.2.1.2. Procedimento no Tribunal do Júri.....	276
8.2.1.2.1. Da Primeira fase do Júri .....	277
8.2.1.3. Procedimento sumário.....	303
8.2.1.4. Procedimento sumaríssimo - Lei nº 9.099/1995.....	303
8.2.1.4.1. Dos Juizados e de sua competência .....	303
8.2.1.4.2. Procedimento .....	306
8.2.1.4.3. Da fase preliminar .....	307
8.2.1.4.4. Da representação e sua controvérsia .....	308
8.2.1.4.5. Transação penal e sua natureza jurídica .....	310
8.2.1.4.6. Oferecimento da denúncia e audiência de instrução .....	329
8.2.2. Procedimentos especiais .....	330
8.2.2.1. Procedimentos especiais do CPP.....	330
8.2.2.2. Procedimentos especiais em leis extravagantes.....	331
8.2.2.2.1. Procedimento na Lei nº 11.343/2006 .....	332
8.2.2.2.2. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) .....	333
8.2.2.2.3. Dos Crimes de Trânsito - Controvérsias .....	340
8.3. Questões prejudiciais e processos incidentes .....	344
8.3.1. Questões prejudiciais .....	345
8.3.2. Processos incidentes .....	345
8.3.2.1. Das exceções .....	345
8.3.2.2. Restituição das coisas apreendidas.....	348
8.3.2.3. Incidente de falsidade .....	349
8.3.2.4. Incidente de insanidade mental .....	349



<b>9 - Da Prova no Processo Penal</b> .....	<b>351</b>
9.1. A prova e a busca da verdade .....	351
9.2. Apontamentos sobre a Teoria Geral da Prova .....	353
9.2.1. Prova: conceito, natureza jurídica, meios e objeto .....	353
9.2.2. O ônus da prova no processo penal .....	354
9.2.3. Princípios aplicáveis à prova no processo penal brasileiro .....	357
9.2.3.1. Princípios constitucionais referentes à prova .....	357
9.2.3.2. Princípios infraconstitucionais referentes à prova.....	361
9.2.4. Provas ilícitas: teorias sobre vedação e admissão .....	366
9.2.4.1. Princípio da razoabilidade e proporcionalidade .....	368
9.2.4.2. Proporcionalidade e provas ilícitas .....	368
9.2.4.3. Proporcionalidade <i>pro reo</i> .....	368
9.2.4.4. Proporcionalidade <i>pro societate</i> .....	369
9.2.4.5. Prova ilícita na reforma processual de 2008 .....	372
9.2.4.5.1. Prova ilícita por derivação ( <i>fruits of the poisonous tree</i> ) .....	373
9.2.4.5.2. Teorias da <i>independent source</i> (fonte independente) e da <i>inevitable discovery</i> (do descobrimento inevitável ou do curso hipotético de investigação) .....	374
9.2.4.5.3. Fontes independentes e descoberta inevitável na reforma processual de 2008 - controvérsias sobre o art. 157 do CPP .....	375
9.2.4.6. Vedação das provas astuciosas ou enganosas: flagrante preparado e interrogatório sub-reptício.....	376
9.2.5. Procedimento probatório .....	377
9.2.5.1. Sistemas de valoração das provas .....	378
9.2.5.2. Valoração da prova e resultado do processo .....	379
9.3. Das provas em espécie .....	379
9.3.1. Do interrogatório, da confissão e da delação .....	380
9.3.1.1. Interrogatório: natureza jurídica, conceito e características .....	380
9.3.1.2. Interrogatório e art. 260 do CPP: leitura constitucional .....	382
9.3.1.3. Procedimento do interrogatório.....	382
9.3.1.4. Interrogatório em estabelecimento prisional e interrogatório por videoconferência .....	384
9.3.1.5. Direito ao silêncio e direito de mentir .....	387
9.3.1.6. Interrogatório de corrêu.....	389
9.3.1.7. Confissão .....	389
9.3.1.8. Delação .....	391
9.3.2. Das perguntas ao ofendido .....	392
9.3.3. Da prova testemunhal .....	393
9.3.4. Do reconhecimento de pessoas e coisas e da reconstituição do crime .....	396
9.3.4.1. Reconhecimento de pessoa .....	396
9.3.4.2. Reconhecimento de coisa .....	397
9.3.4.3. Reconstituição do crime .....	397
9.3.5. Da acareação .....	398
9.3.6. Da prova documental .....	398



9.3.7. Da prova pericial e exame de corpo de delito .....	400
9.3.8. Dos indícios .....	406
9.3.9. Da prova emprestada .....	407
9.3.10. Interceptações telefônicas, gravações ambientais e o problema da licitude da prova .....	408
9.3.11. Intervenções corporais .....	409

## **10 - Processo Penal Cautelar ..... 415**

10.1. Apontamentos sobre a Teoria Geral das Medidas Cautelares Pessoais ....	417
10.1.1. Interpretação prospectiva e Lei nº 12.403/2011. ....	418
10.1.2. Princípios Reitores do Processo Penal Cautelar .....	419
10.1.2.1. Dignidade da Pessoa Humana .....	419
10.1.2.2. Devido Processo Legal .....	423
10.1.2.2.1. Devido Processo Legal e Taxatividade das Medidas Cautelares .....	424
10.1.2.2.2. Medidas Cautelares e Princípio da Duração Razoável do Processo .....	424
10.1.2.2.3. A Presunção de Inocência como limite teleológico das medidas cautelares .....	425
10.1.2.3. Reserva de Jurisdição .....	426
10.1.2.4. Motivação .....	426
10.1.2.5. Contraditório .....	427
10.1.2.6. Excepcionalidade .....	427
10.1.2.7. Proporcionalidade .....	428
10.1.2.8. Provisonalidade e Provisoriedade ou Precariedade .....	430
10.1.3. Medidas Cautelares: Hipóteses Legais de Cabimento e Pressupostos Fáticos .....	431
10.2. Medidas cautelares em espécie .....	432
10.2.1. Da Prisão processual .....	432
10.2.1.1. Apontamentos sobre a teoria geral da prisão cautelar: princípios, requisitos, validade e características.....	433
10.2.1.1.1. Enquadramento constitucional: princípios da presunção de inocência e da proporcionalidade (princípio da vedação do excesso) ..	433
10.2.1.1.2. Pressupostos e Fundamentos (Pressupostos fáticos) .....	435
10.2.1.1.3. Validade .....	436
10.2.1.1.4. Características .....	436
10.2.1.2. As espécies de prisão processual .....	437
10.2.1.2.1. Prisão em flagrante .....	437
10.2.1.2.2. Auto de prisão em flagrante .....	442
10.2.1.2.3. Prisão em flagrante e período eleitoral .....	447
10.2.1.3. Prisão preventiva.....	447
10.2.1.3.1. Hipóteses Legais de Cabimento da Prisão - art. 313 CPP. ....	448
10.2.1.3.2. Parágrafo Único do art. 313 .....	451
10.2.1.3.3. Prisão temporária .....	458

10.2.1.3.4. Prisão Domiciliar .....	461
10.2.1.3.5. Outras prisões (administrativa e civil) .....	462
10.2.1.3.6. Duração razoável da prisão provisória .....	463
10.2.1.3.7. A forma de contagem do prazo: sistema prazo a prazo, sistema global e sistema de fases .....	470
10.2.1.3.8. Prisão provisória: excepcionalidade e proporcionalidade .....	470
10.2.2 O sistema de liberdade no curso do processo .....	471
10.2.2.1. Liberdade Plena e Liberdade provisória .....	472
10.2.2.2. Liberdade provisória: espécies.....	476
10.2.2.3. Liberdade provisória e vedações legais (inconstitucionais).....	477
10.2.2.4. Liberdade provisória e Inafiançabilidade .....	478
10.2.3. Medidas cautelares diversas da prisão .....	479
10.2.3.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades .....	480
10.2.3.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações ....	481
10.2.3.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante .....	481
10.2.3.4. Proibição de ausentar-se da comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução e proibição de ausentar-se do país. ....	483
10.2.3.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos .....	483
10.2.3.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.....	484
10.2.3.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração .....	485
10.2.3.8. Fiança.....	486
10.2.3.8.1. Valor da Fiança .....	488
10.2.3.8.2. Recusa e retardamento da fiança .....	488
10.2.3.8.3. Destino do valor da fiança .....	488
10.2.3.8.4. Fiança e Autoridade Policial .....	489
10.2.3.9. Monitoração eletrônica: do PL 156/2009, à LEP e à Lei nº 12.403/2011.....	490
10.2.3.9.1. Monitoramento eletrônico: compatibilidade sistêmica e risco cultural .....	492
10.2.3.10. Medidas cautelares diversas da prisão e detração da pena .....	493
<b>10.3. Medidas Cautelares Reais e Probatórias .....</b>	<b>494</b>
10.3.1. Medidas assecuratórias .....	494
10.3.1.1. Do sequestro .....	495

10.3.1.2. Da hipoteca legal.....	496
10.3.1.3. Do arresto.....	496
10.3.2. Medidas Cautelares Probatórias (ou meios de obtenção de prova) ...	497
10.3.2.1. Busca e apreensão .....	498
10.3.2.1.1. Da busca domiciliar .....	499
10.3.2.1.2. Encontros fortuitos .....	501
10.3.2.1.3. Escritórios de advocacia .....	501
10.3.2.1.4. Busca pessoal .....	502
10.3.2.2 O regime da interceptação na Constituição de 1988.....	505
10.3.2.2.1. O regime infraconstitucional das interceptações: Lei nº 9.296/1996 .....	507
10.3.2.2.2. Requisitos legais para a interceptação telefônica .....	508
10.3.2.2.3. Definição do objeto da investigação: limites subjetivos e objetivos e encontros fortuitos .....	508
10.3.2.2.4. A controvérsia doutrinária sobre a constitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.296/1996 .....	510
10.3.2.2.5. Interceptação e prova emprestada .....	511
10.3.2.2.6. Gravação de conversa do investigado com advogado e familiares .....	512
10.3.2.2.7. Procedimento de interceptação .....	514
10.3.2.2.8. Do prazo da interceptação .....	514
10.3.2.2.9. Processamento em apartado e apensamento .....	516
10.3.2.3. Quebra de sigilo bancário e fiscal.....	516
10.3.2.4. Captações e interceptações ambientais; infiltração de agentes e ação controlada.....	518

**11 - Sentença ..... 521**

11.1. Conceito e classificação .....	521
11.2. Requisitos formais da sentença .....	523
11.3. Da sentença absolutória, seus efeitos e providências .....	524
11.4. Sentença condenatória, limites, efeitos e providências .....	526
11.4.1. Limites: impossibilidade de condenação diante de pedido de absolvição do MP. Releitura do art. 385 do CPP. ....	527
11.4.2. Efeitos e providências .....	528
11.5. Publicação e intimação da sentença .....	529
11.5.1. Intimação da sentença .....	530

**12 - Coisa Julgada ..... 533**

12.1. Conceito, natureza jurídica e classificação .....	533
12.2. Coisa julgada e revisão criminal .....	534
12.3. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada .....	535
12.4. Limites objetivos da coisa julgada no concurso formal, nos crimes continuados e nos crimes habituais e permanentes .....	536
12.4.1. Concurso formal .....	536

12.4.2. Crime continuado .....	537
12.4.3. Crimes habituais e permanentes .....	538
12.5. Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	539
<b>13 - Das Nulidades .....</b>	<b>541</b>
13.1. Defeitos dos atos processuais (inexistência, irregularidade e nulidade) .....	541
13.2. Nulidade absoluta e nulidade relativa .....	542
13.3. Efeitos da nulidade .....	544
13.4. Prevalência das impeditivas .....	545
13.5. Nulidades sanáveis e insanáveis .....	546
<b>14 - Recursos no Processo Penal e</b>	
<b>Ações Autônomas de Impugnação .....</b>	<b>547</b>
14.1. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	547
14.2. Limite do duplo grau de jurisdição .....	549
14.3. Teoria Geral dos Recursos .....	550
14.3.1. Recursos e ações autônomas de impugnação .....	550
14.3.2. Conceito, natureza jurídica e características dos recursos .....	550
14.3.3. Classificação .....	551
14.4. Princípios Gerais dos Recursos .....	551
14.4.1. Taxatividade .....	551
14.4.2. Unirrecorribilidade / Unicidade - art. 593, § 4º, do CPP .....	552
14.4.3. Variabilidade ou suplementação dos recursos? .....	552
14.4.4. Complementaridade dos recursos .....	552
14.4.5. Conversão .....	553
14.4.6. Fungibilidade dos recursos (art. 579 do CPP) .....	553
14.4.7. Voluntariedade .....	553
14.4.8. Dialeiticidade .....	553
14.4.9. Disponibilidade dos recursos .....	554
14.4.10. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....	554
14.4.11. Personalidade dos recursos .....	555
14.5. Efeitos dos recursos .....	556
14.5.1. Devolutivo .....	556
14.5.2. Suspensivo (suspensão dos efeitos da decisão) .....	557
14.5.3. Extensivo .....	557
14.5.4. Iterativo .....	557
14.6. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	557
14.6.1. Juízo de admissibilidade - prelibação .....	557
14.6.2. Juízo de mérito ou libação .....	558
14.6.3. Requisitos de admissibilidade - condições de admissibilidade	
e pressupostos recursais .....	558
14.6.3.1. Condições recursais.....	558
14.6.3.2. Pressupostos recursais.....	560
14.7. Dos Recursos em Espécie .....	562

14.7.1. Recurso em sentido estrito (art. 581, CPP) .....	562
14.7.1.1. Conceito e denominação .....	562
14.7.1.2. Rol taxativo .....	562
14.7.1.3. Hipóteses legais.....	563
14.7.1.4. Competência para julgamento .....	565
14.7.1.5. Efeitos.....	565
14.7.1.6. Procedimento e processamento.....	565
14.7.2. Apelação .....	566
14.7.2.1. Conceito .....	566
14.7.2.2. Espécies .....	566
14.7.2.3. Condições recursais .....	567
14.7.2.4. Apelação e prisão cautelar .....	570
14.7.2.5. Procedimento da apelação .....	571
14.7.2.6. Efeitos.....	571
14.7.3. Embargos declaratórios e pedido de declaração de sentença .....	572
14.7.3.1. Procedimento dos embargos declaratórios.....	573
14.7.3.2. Julgamento dos embargos declaratórios .....	574
14.7.4. Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, CPP) .....	575
14.7.5. Agravos .....	576
14.7.6. Carta testemunhável .....	576
14.7.7. Correição parcial .....	577
14.7.8. Recurso extraordinário e recurso especial .....	578
14.7.8.1. Legitimidade e interesse.....	579
14.7.8.2. Procedimento .....	579
14.7.8.3. Agravo de instrumento contra denegação do recurso extraordinário e do recurso especial.....	580
14.7.8.4. Efeitos.....	581
14.7.9. Recurso ordinário constitucional .....	582
<b>14.8. Ações autônomas de impugnação .....</b>	<b>582</b>
14.8.1. Revisão criminal .....	582
14.8.1.1. Conceito e natureza jurídica.....	582
14.8.1.2. Fundamentos para a revisão criminal.....	583
14.8.1.3. Condições da ação.....	584
14.8.1.4. Reiteração de pedido .....	585
14.8.1.5. Revisão criminal e soberania dos veredictos.....	585
14.8.1.6. Capacidade postulatória – necessidade de prisão – prazo para o exercício.....	585
14.8.1.7. Competência.....	586
14.8.1.8. Procedimento .....	586
14.8.1.9. Antecipação de tutela (liminar) .....	587
14.8.1.10. Sentença, recursos e coisa julgada .....	588
14.8.2. <i>Habeas Corpus</i> .....	588
14.8.2.1. Origem e natureza jurídica.....	588
14.8.2.2. Espécie de habeas corpus: liberatório e preventivo.....	589

14.8.2.3. Condições da ação .....	589
14.8.2.4. Competência.....	591
14.8.2.5. Procedimento.....	592
14.8.2.6. Sentença e coisa julgada.....	593
14.8.3. Mandado de segurança .....	593
14.8.3.1. Condições da ação.....	594
14.8.3.2. Procedimento.....	595
14.8.4. Das reclamações .....	596
<b>15 - Execução Penal .....</b>	<b>599</b>
15.1. Considerações iniciais .....	599
15.2. Princípios constitucionais incidentes sobre a execução penal .....	600
15.3. Dos órgãos da execução penal .....	601
15.4. Dos estabelecimentos penais .....	602
15.5. Do condenado .....	602
15.5.1. Da classificação dos condenados .....	603
15.6. Da assistência .....	604
15.7. Do trabalho, do estudo e da remição .....	604
15.8. Dos direitos e deveres do condenado .....	605
15.9. Da disciplina e das infrações administrativas e suas respectivas sanções .....	605
15.9.1. RDD – Regime disciplinar diferenciado .....	606
15.10. Da competência executória .....	608
15.11. Do processo executório .....	608
15.11.1. Da execução provisória da pena .....	609
15.11.2. Execução das penas em espécie .....	610
15.11.2.1. Da execução das penas privativas de liberdade.....	610
15.11.2.2 Monitoramento eletrônico.....	611
15.12. Do procedimento .....	612
15.13. Da dinâmica da execução .....	613
 Referências .....	 615
Índice remissivo .....	627